



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973  
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

### PARECER PROJUR/COREN/MT Nº 129/2019

Interessada: **SEGINFO COMERCIO E SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI (CNPJ Nº. 05.807.475/0001-08.)**

*DIREITO ADMINISTRATIVO – PROCESSO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 01/2019 - DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS DO EDITAL – DEIXAR DE ENTREGAR OS DOCUMENTOS EXIGIDOS – DESCUMPRIMENTO DE NORMAS EDITALICIAIS - DIREITO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA – EMPRESA NÃO ENCONTRADA PARA APRESENTAR DEFESA – REVISÃO EX OFFICIO – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE PREVISTOS NAS LEIS Nº. 8.666/93 E NA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI Nº. 9.784/99 – SEM PREJUÍZO PARA A ADMINISTRAÇÃO - ARQUIVAMENTO.*

Senhor Presidente,

Em atenção à respeitável solicitação no sentido que fosse exarado Parecer Jurídico quanto ao Processo Administrativo nº. 492018-3/2019, processo este que trata de aplicação de sanções a empresa acima apontada como parte interessada.

Manifestamos nos seguintes termos:

O presente processo administrativo foi oriundo de ato previsto no Edital do Processo Licitatório - Pregão SRP 01/2019, no qual a empresa interessada, após a convocação da Pregoeira não manteve a proposta, pois, **deixou de entregar a documentação exigida, deixando de cumprir o que dispõem os itens 20.1.3 e 20.1.4 do Edital SRP nº. 01/2019 (Processo nº. 049/2018):**

#### **20.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:**

- 20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;**
- 20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;**
- 20.1.5. não manter a proposta;
- 20.1.6. cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

Insta salientar que a Pregoeira, conforme consta dos autos informou a empresa interessada da desídia desta quanto a deixar de entregar a documentação



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973  
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

e retardar o certame, o que se manteve, e a Pregoeira efetuou a recusa da proposta pelo motivo de que a parte interessada não enviou os documentos no prazo estipulado - dentro de 02 (duas) horas a partir da convocação.

Ato contínuo foi a empresa ora interessada através do Ofício COREN-MT/LICITAÇÕES/COMPRAS/Nº. 14/2019 (Fis. 88 e 88/verso) cientificada do descumprimento e instada a formalmente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento do Ofício, a manifestar em defesa e juntar documentos que comprovam suas afirmações, atendendo assim o princípio do contraditório e da ampla defesa (Art. 5º inciso LV da CF/88) que também deve constar dos processos administrativos.

No entanto a empresa interessada não foi validamente notificada, pois o Ofício a ela encaminhado retornou dos correios com a informação de que o imóvel encontra-se fechado.

Em decorrência de tais fatos, entendo que seja oportuno à Administração o Juízo de rever, parcial ou totalmente, sua decisão, seja por razões de mérito (conveniência e oportunidade), seja por razões de legalidade quanto a abertura do Processo.

Trata-se de uma das facetas do dever-poder de autotutela da Administração Pública, em que o órgão administrativo percebe alguma inconsistência na decisão proferida, e se antecipa ao poder reformador exercitável em momento posterior pela autoridade superior.

A respeito da autotutela administrativa, valiosos são os ensinamentos de José dos Santos Carvalho Filho, *verbis*:

*"Através da prerrogativa da autotutela, como já vimos anteriormente, é possível que a Administração reveja seus próprios atos, podendo a revisão ser ampla, para alcançar aspectos de legalidade e de mérito. Trata-se, com efeito, de princípio administrativo, inerente ao poder-dever geral de vigilância que a Administração deve exercer sobre os atos que pratica e sobre os bens confiados à sua guarda." (Filho, José dos Santos Carvalho, Editora Atlas, Edição 33/2019, pág. 313).*

Assim, o controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela que a Administração tem sobre seus próprios atos e agentes, e que é normalmente exercido pelas autoridades superiores.

Para a Administração Pública é amplo o dever de anular os atos administrativos ilegais. De modo geral, essa revisão pode se dar, por iniciativa da





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973

Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

autoridade administrativa (*ex-officio*), por meio de fiscalização hierárquica (*revisão administrativa*), ou ainda por recursos administrativos.

Assim, mesmo não tendo apresentado a defesa, entendo que ante ao princípio da economicidade, e da eficiência dos atos administrativos, cumulados aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, opinamos pela não aplicação da punição, pelo afastamento de qualquer sanção possível e o arquivamento do referido Processo Administrativo, conforme fundamentação abaixo.

### DA FUNDAMENTAÇÃO

Da análise do presente processo, verificamos que a parte evidentemente **deixou de entregar a documentação exigida, deixando de cumprir o que dispõem os itens 20.1.3 e 20.1.4 do Edital SRP nº. 01/2019 (Processo nº. 049/2018)**, conforme informou a Pregoeira, que possui fé pública e que seu ato administrativo, possui a presunção de legitimidade até a prova em contrário, como um dos atributos do ato administrativo.

O não cumprimento dos itens do Edital **não exige dolo ou culpa**, assim, o simples descumprimento dos itens do Edital enseja o ato que infringe o Edital.

Observa-se que a Pregoeira informa a todos os participantes mediante chat, antes de começar o certame o seguinte aviso: *"b) Todos os Senhores, ao participarem de licitações promovidas pelos entes da Adm. Púb., **firmam termo de que conhecem as disposições contidas nos editais de que participam.** Sabem, por consequência, que declarar possuir condições de participação sem as tê-las, pode acarretar propositura de sanção. Por esse motivo, **solicito que encarem o processo licitatório com seriedade;** c) **saliento, ainda que o licitante que não mantiver sua proposta ou deixar de entregar a documentação exigida, poderá ser sancionado com impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos (art. 7º, da Lei n. 10.520/2002). Salvo aquele que motive via chat o motivo que não pode cumprir a proposta.** (...) f) Os senhores licitantes devem observar o certame até o seu encerramento, acompanhando todas as etapas;..."* (Grifos nosso).

A Lei nº. 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo) destaca em seu Art. 2º que:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, **razoabilidade, proporcionalidade**, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.







**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO**  
Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973  
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

**Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:**

- I - atuação conforme a lei e o Direito;*
- II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;*
- III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;*
- IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;*
- V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;*
- VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;**
- VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;*
- VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;*
- IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;*
- X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;*
- XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;*
- XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;*
- XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.*

Observa-se ainda que para o certame licitatório que a empresa interessada concorreu (Grupo 09 – SUPORTE FIXO UNIVERSAL PARA TVS LCS, LED, PLASMA OU 3D) – cujo valor de aquisição do grupo era estimado em cerca de R\$ 670,00 (Seiscentos e setenta reais).

Ademais quanto ao item “20.1.4. ensinar o retardamento da execução do objeto;”, a empresa interessada não pode ser penalizada, em virtude de que não houve ato por ela que ensejasse cabalmente o retardamento da execução do objeto.

Ainda, pelo que consta da informação da Pregoeira quanto ao Certame, houve problemas técnicos durante a execução do procedimento licitatório em decorrência de queda de energia em decorrência de período de fortes chuvas na região naquele período.







**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO**  
Criado pela Lei N° 5.905 de 12/07/1973  
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

O próprio Edital traz com relação às penalidades os seguintes destaques:

**20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:**

**20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;**

20.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.**

**20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter**







## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Criado pela Lei Nº 5.905 de 12/07/1973  
Instalado pela Portaria Cofen N.º 001/1975

**educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.**

**20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

20.13. *As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.*

Assim, como acima exposto, a única penalidade cabível seria a Advertência, na forma do item 20.3.1 do Edital. No entanto, o próprio item contém a expressão "**que não acarretem prejuízos significativos**", o que nos leva a entender que deve haver um prejuízo mínimo da conduta da interessada, o que não restou demonstrado quanto ao descumprimento dos itens 20.1.3 e 20.1.4.

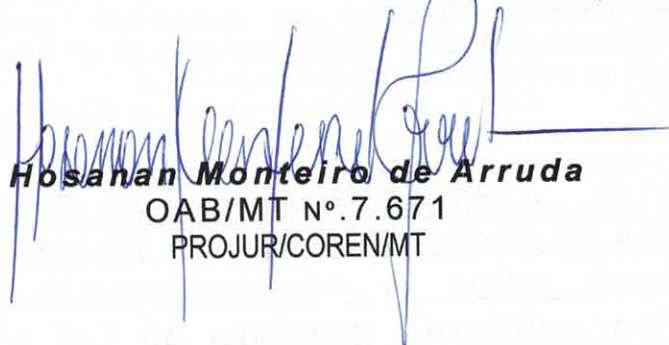
Ademais, o próprio Edital nos itens 20.10; 20.11. e 20.12, corroboram na fundamentação deste Parecer Jurídico e privilegiam o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade previstos nas leis nº. 8.666/93 e na aplicação subsidiária, mas não menos importante, da Lei nº. 9.784/99, diante da análise do caso concreto.

### DA CONCLUSÃO

Ante o exposto na fundamentação acima, nosso Parecer, salvo melhor juízo, é no sentido pela aplicação do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade que deve pairar nas decisões administrativas, com fundamento no próprio Edital nos itens 20.10; 20.11. e 20.12, na leis nº. 8.666/93 em seu Art. 3º e na aplicação subsidiária, mas não menos importante, da Lei nº. 9.784/99, em seu Art. 2º, parágrafo único, inciso IV, para **opinar pela não aplicação de sanções a empresa interessada e o arquivamento do processo administrativo.**

S.M.J. É o Parecer.

Cuiabá/MT, 22 de julho de 2019.

  
**Hosanan Monteiro de Arruda**  
OAB/MT Nº. 7.671  
PROJUR/COREN/MT